

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.329.077 - SP (2018/0178460-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : APLACOM - ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E  
COMERCIO EIRELI  
**ADVOGADOS** : JOAO BATISTA TAMASSIA SANTOS - SP103918  
MARIA APARECIDA DE SOUZA SEGRETTI - SP118881  
FABIANY ALMEIDA CAROZZA - SP165084  
CIRO GECYS DE SÁ E OUTRO(S) - SP213381  
**AGRAVADO** : TOTVS S/A  
**ADVOGADO** : MARCELO PEREIRA LOBO - SC012325

## EMENTA

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. CITAÇÃO POSTAL. PESSOA JURÍDICA. TEORIA DA APARÊNCIA. CITAÇÃO VÁLIDA. ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. PRECEDENTES. SÚMULA 568/STJ. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. ALTERAÇÃO DAS PREMISSAS DO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESTA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO.*

## DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por APLACOM ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E COMÉRCIO LTDA de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que negou seguimento ao seu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado (e-stj, fls. 155):

*MONITÓRIA. Ausência de embargos. Decisão que constituiu o título executivo judicial. Alegação de nulidade da citação. Inocorrência. Citação realizada no endereço da sede da empresa. Irrelevância de não ser sócio ou representante legal da empresa. Teoria da aparência. Citação válida. Precedentes. Decisão mantida. Recurso desprovido.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nas razões do recurso especial, a parte alega ofensa aos artigos 213, 214, 223, 247, 458, 1.102b e 1.102c, todos do CPC/73, sustentando, em síntese, que a ação monitória correu a sua revelia, em razão de irregularidade na citação via postal, que foi recebida por pessoa sem poderes para representar a empresa, esclarecendo que no comprovante de recebimento não consta o RG do recebedor, cujo nome está ilegível e incompleto. Argumenta que *"por analogia, se em ação monitória não é admitida a citação por edital com maior propósito não poderia ser admitida a citação postal"* (e-stj, fl. 167). Sustenta, ainda, que o Tribunal de origem foi omissivo *"ao manter a r. sentença, sem fundamentação ou motivação que levaram a constituir o crédito sem prova escrita apta a assegurar a exigibilidade de tais valores"* (e-stj, fl. 171).

Contrarrazões às e-stj fls. 218/224.

Sobreveio o juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem (e-STJ, fls. 226/229), o que ensejou a interposição do presente recurso.

No agravo a parte conseguiu infirmar as razões da inadmissão do recurso especial.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/1973 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. (cf. Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

A recorrente busca reconhecer a irregularidade da citação via postal, recebida por pessoa *"que não é sócia e não tem poderes para representar"* a empresa, esclarecendo que no comprovante de recebimento da correspondência não consta o RG do recebedor, cujo nome está ilegível e incompleto. Afirma que incumbia a recorrida, diante de tal irregularidade, requerer a citação por oficial de justiça, zelando pela regular *"citação ou intimação"* da recorrente.

Argumenta que *"por analogia, se em ação monitória não é admitida a*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*citação por edital com maior propósito não poderia ser admitida a citação postal"* (e-stj, fl. 167) e, no caso de ser admitida, *"para cumprir sua finalidade há que cumprir ao menos a exigência de entrega ao representante legal da pessoa jurídica ou seu preposto"* (e-stj, fl. 165).

Contudo, verifica-se que a tese sustentada pela ré já está superada, porquanto a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que é válida a citação via postal da pessoa jurídica realizada no endereço da sede ou filial da empresa, mesmo quando recebida por pessoa que não faz ressalva quanto à inexistência de poderes para receber a citação, incidindo, no caso, como bem ressaltou o acórdão recorrido, a teoria da aparência.

Nesse sentido:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 568/STJ. 1. Ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos materiais e compensação por danos morais, fundada no descumprimento contratual pela negativa de cobertura assistencial de plano de saúde. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.**

**3. É válida a citação da pessoa jurídica, realizada no endereço de sua sede, mesmo que recebida por pessoa que não tenha poderes expressos para tal, prevalecendo a teoria da aparência. Precedentes. Ante o entendimento dominante do tema nas Turmas de Direito Privado, aplica-se, no particular, a Súmula 568/STJ.**

**4. Agravo interno no agravo em recuso especial não provido. (AgInt no AREsp 1311230/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGUI, TERCEIRA TURMA, DJe 29/05/2019)**

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. EXAME RELACIONADO AO MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. POSSIBILIDADE. AÇÃO DE COBRANÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CITAÇÃO. PESSOA JURÍDICA. VALIDADE. TEORIA DA APARÊNCIA. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. INEXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. INOVAÇÃO RECURSAL. INVIABILIDADE. AGRAVO NÃO**

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **PROVIDO.**

1. Não há usurpação de competência do Superior Tribunal de Justiça quando o Tribunal de origem, no juízo de admissibilidade, examina pressupostos específicos e constitucionais relacionados ao mérito da controvérsia (Súmula 123/STJ).

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido da validade da citação de pessoa jurídica por via postal, quando remetida a carta citatória para o seu endereço, independentemente da assinatura no aviso de recebimento (A.R.) e do recebimento da carta terem sido efetivados por seu representante legal. **Precedentes.**

3. O entendimento adotado pelo acórdão recorrido coincide com a jurisprudência assente desta Corte Superior, circunstância que atrai a incidência da Súmula 83/STJ.

4. No caso, os 2 (dois) avisos de recebimento (AR) enviados para o endereço da promovida, no intervalo de 8 (oito) meses entre ambos, foram recebidos pela mesma pessoa que a recorrente afirma desconhecer.

5. Não se admite a adição, em sede de agravo interno, de tese não exposta no recurso especial, por importar inadmissível inovação.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1357895/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 20/02/2019).

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CPC/1973. CITAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA. AVISO DE RECEBIMENTO. ENDEREÇO CORRETO. ASSINATURA. TERCEIRO ALHEIO AO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. SÚMULA Nº 568/STJ.**

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A jurisprudência das Turmas que compõem a Segunda Seção desta Corte Superior é firme quanto à validade da citação de pessoa jurídica por via postal, quando remetida a carta citatória para o seu endereço, independentemente da assinatura no aviso de recebimento (A.R.) e do recebimento da carta terem sido efetivados por seu representante legal.

3. No caso concreto, os magistrados da instância ordinária

# *Superior Tribunal de Justiça*

*decidiram em perfeita consonância com a jurisprudência deste Tribunal Superior, circunstância que atrai a incidência da Súmula nº 568/STJ.*

*4. A decretação de nulidade de atos processuais depende da efetiva demonstração de prejuízo, exigência não atendida no caso concreto.*

*5. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no AREsp 1167808/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 02/08/2018)*

Nesse contexto, o Tribunal de origem, soberano na análise dos fatos e provas, e embasado no conjunto probatório carreado aos autos, reconheceu que a citação se deu na sede da empresa, concluindo pela aplicação da teoria da aparência, como se pode observar da leitura do acórdão recorrido. Senão, vejamos (e-stj, fls. 155/156):

*A apelante foi citada no endereço em que está sediada, Rua Araújo 224, sala 22 (fls. 87), conforme documento de fls. 52 e procuração de fls. 121.*

*A teoria da aparência, portanto, foi aplicada de forma correta, sem a alegada abusividade ou displicência.*

*Já defendeu o Exmo. Desembargador HAMID BDINE, que é "firme a jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça no sentido de ser válida a citação de pessoa jurídica, ainda que recebida por pessoa sem poder expresse para tanto, mas que se apresente como se tivesse poderes de gerência ou de administração, recebendo a contra-fé sem nada arguir a respeito da falta de poderes de representação. É a aplicação da teoria da aparência na seara processual, pela qual se presume que a pessoa que recebe documentos tem treinamento adequado para lhes dar o encaminhamento necessário no âmbito da pessoa jurídica" (Ap. 0001582-48.2010.8.26.0531, 31ª Câmara de Direito Privado, j. 03/12/2013).*

Nesse contexto, o acórdão de origem, no ponto, encontra-se alinhado com a jurisprudência desta Corte, incidindo, na hipótese, o óbice da Súmula 568 do STJ, que diz: "*O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema*".

Destarte, inviável a pretensão recursal, no ponto, a teor da Súmula

568/STJ.

Sustenta, ainda, a recorrente, que o Tribunal de origem foi omissivo "*ao manter a r. sentença, sem fundamentação ou motivação que levaram a constituir o crédito sem prova escrita apta a assegurar a exigibilidade de tais valores*" (e-stj, fl. 171).

Em suas razões recursais, a parte alega que o acórdão deixou de "*demonstrar as razões pelas quais entende ser devido a constituição do título executivo que está constituindo através da sentença, mantida no v. acórdão recorrido*", esclarecendo que "*a mera ausência de Embargos Monitórios não traduz automaticamente na constituição do título executivo pretendido na ação monitória, que deverá preencher os requisitos legais de prova pré constituída do crédito*" (e-stj, fl. 169).

Argumenta, ademais, que "*a prova escrita sem eficácia de título é documento fundamental e essencial para se constituir ou não o título executivo, e a presunção de veracidade decorrente da revelia não é absoluta, mas limitada aqueles documentos apresentados*" (e-stj, fl. 169). Esclarece que "*a nota fiscal sem comprovante de recebimento, está longe de ser prova escrita*" (e-stj, fl. 170) e que "*nenhum dos documentos juntados na inicial são hábeis à instrução da ação monitória, já que foram expedidos unilateralmente pela autora-recorrida*" (e-stj, fl. 170). Que "*poderia a autora-recorrida simplesmente executar as duplicatas, não valer-se de procedimento monitório, até porque não prescrita eventuais duplicatas, se não o fez é porque não detêm prova de efetivação prestação do serviço (...) em se tratando de licenciamento ou direito de uso de software, o mínimo é o nr de serie do sistema e prova de cessão, nem um nem outro encontrasse nos autos*" (e-stj, fl. 170/171).

Nesse contexto, o Tribunal de origem, soberano na análise dos fatos e provas, embasado no conjunto probatório carreado aos autos, e reconhecendo como válida a citação via postal na ação monitória, asseverou que "*com relação aos demais argumentos da apelante, deveriam ser apresentados em embargos monitórios, não cabendo análise neste recurso*" (e-stj, fls. 157).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Pela leitura do acórdão recorrido, extrai-se claramente o enfrentamento da questão, no sentido de considerar que tais argumentos não foram suscitados em momento oportuno.

Assim, no caso dos autos, a questão suscitada pela recorrente foi claramente examinada, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional, em acórdão que decide de modo integral e com fundamentação suficiente a controvérsia, ainda que contrário ao interesse recursal.

Ademais, alterar o entendimento do acórdão recorrido para verificar que "*nenhum dos documentos juntados na inicial são hábeis à instrução da ação monitória*", como pretende a recorrente, demandaria necessariamente o reexame do contexto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial, a teor da Súmula 7/STJ.

Destarte, a pretensão recursal não merece prosperar, inclusive quanto ao alegado dissídio pretoriano.

**Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nesta extensão, negar provimento.**

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este decisum estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n.3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, §4º e art. 1.026, §2º, ambos do CPC/2015).

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator